

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
CONNECTA ARACAJÚ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária de Iluminação Pública Conecta Aracaju S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária de Iluminação Pública Conecta Aracaju S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Iluminação Pública Conecta Aracaju S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e/ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.



Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Monika Marielle Du Mont Collyer

Monika Marielle Du Mont Collyer
Contador CRC 1 RJ 091300/O-6

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.763.848	4.494.110	Fornecedores	12	6.563.962	1.380.121
Ativo de contrato	7	6.658.734	8.522.518	Empréstimos e financiamentos	13	2.059.815	-
Estoques	8	3.814.568	-	Salários e encargos sociais	14	203.746	170.096
Impostos a recuperar	9	2.761.092	106.246	Tributos correntes a recolher		108.238	149.486
Transações com partes relacionadas	10	195.524	-	Transações com partes relacionadas	10	-	495.486
Outros ativos circulantes		910.030	256.478	Debêntures	15	16.909.739	-
		<u>24.103.796</u>	<u>13.379.352</u>	Outras contas a pagar		168.079	6.438
					16	<u>26.013.579</u>	<u>2.201.628</u>
Não circulante				Não circulante			
Ativo de contrato	7	33.083.017	1.828.175	Debêntures	15	20.695.432	-
Ativo fiscal diferido	21	1.509.138	-	Provisão para Contingência		274.952	-
Transações com partes relacionadas	10	7.111.654	9.557.858			<u>20.970.385</u>	<u>-</u>
Imobilizado	11	27.753	33.261	Patrimônio líquido	17		
		<u>41.731.562</u>	<u>11.419.294</u>	Capital Social		25.283.915	25.283.915
				Capital social a Integralizar		(9.330)	(9.330)
				Prejuízos acumulados		<u>(6.423.191)</u>	<u>(2.677.567)</u>
						<u>18.851.394</u>	<u>22.597.018</u>
Total do ativo		<u><u>65.835.358</u></u>	<u><u>24.798.646</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>65.835.358</u></u>	<u><u>24.798.646</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional, líquida	33.114.262	10.891.240
Custos da operação	(32.040.590)	(10.842.288)
Lucro operacional bruto	1.073.671	48.952
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(2.378.416)	(1.872.702)
Despesas com pessoal	(1.256.981)	(443.976)
Outras despesas operacionais	(65.521)	-
Resultado operacional	(3.700.918)	(2.316.677)
Receitas financeiras	844.746	5.150
Despesas financeiras	(3.472.261)	(83.397)
Resultado financeiro, líquido	(2.627.515)	(78.246)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(5.254.762)	(2.345.971)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.509.138	-
Prejuízo do exercício	(3.745.624)	(2.345.971)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(3.745.624)	(2.345.971)
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(3.745.624)</u>	<u>(2.345.971)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.283.915	(11.794.947)	(331.596)	13.157.373
Aumento de Capital	-	11.785.617	-	11.785.617
Prejuízo do exercício	-	-	(2.345.971)	(2.345.971)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	25.283.915	(9.330)	(2.677.567)	22.597.018
Prejuízo do exercício	-	-	(3.745.624)	(3.745.624)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	25.283.915	(9.330)	(6.423.191)	18.851.394

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(3.745.624)	(2.345.971)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Juros e variações monetárias	-	-
Depreciação e amortização	5.508	2.329
Provisão para contingências	274.952	-
Despesas com juros sobre empréstimo em conta garantida	59.815	-
Despesas com juros sobre empréstimo com partes relacionadas	-	-
Impostos diferidos	(1.509.138)	-
Remuneração do ativo de contrato	1.998.387	272.422
	<u>(2.916.100)</u>	<u>(2.071.220)</u>
(Redução) / Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais		
Ativo financeiro	(31.389.445)	(7.065.502)
Impostos a recuperar	(2.654.845)	(106.228)
Estoques	(3.814.568)	-
Outros ativos	(653.552)	(164.994)
Fornecedores	5.183.839	1.116.044
Salários e encargos sociais	33.649	170.096
Tributos correntes a recolher	(41.248)	142.388
Outros passivos	161.641	(11.779.178)
	<u>(33.174.529)</u>	<u>(17.687.374)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(36.090.629)</u>	<u>(19.758.594)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adição de imobilizado e intangível	-	(35.589)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(35.589)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de capital	-	11.785.617
Partes relacionadas	1.755.194	(3.887.514)
Debêntures - Captação	40.000.000	-
Debêntures - Amortização	(944.658)	-
Custo de captação Debêntures	(2.732.929)	-
Juros sobre debêntures	1.282.759	-
Captação de empréstimos e financiamentos	2.000.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>41.360.366</u>	<u>7.898.103</u>
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>5.269.738</u>	<u>(11.896.081)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.494.110	16.390.191
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.763.848	4.494.110
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>5.269.738</u>	<u>(11.896.081)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária de Iluminação Pública Conecta Aracaju S.A. (“Companhia”), companhia privada de capital fechado por ações, foi constituída em 12 de novembro de 2020 e está estabelecida na Av. Augusto Franco, nº 2.500, Ponto Novo, Aracaju - SE. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico constituída especialmente para a execução do presente Contrato de Concessão Administrativa para prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Aracaju/SE, incluídos o desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização e energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública, em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão, firmado entre o Município de Aracaju e a Concessionária de Iluminação Pública Conecta Aracaju S/A.

A presente LICITAÇÃO foi precedida de Audiência Pública, realizada na data de 19 de fevereiro de 2020, no Auditório do Centro Administrativo Prefeito Aloísio, situado na Rua Frei Luis Canelo de Noronha, nº 42, Conjunto Costa e Silva, Bairro Ponto Novo - CEP 49097-270, Aracaju/SE, em conformidade com o art. 39, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O Aviso de Homologação do Resultado e Adjudicação do Objeto foi publicado no Diário Oficial do Município (“DOM”) de Aracaju em jornais de grande circulação no Estado de Sergipe, e no sítio eletrônico www.aracaju.se.gov.br, em conformidade com o art. 10, inciso VI, da Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

O poder Concedente realizou a licitação, na modalidade concorrência pública internacional, conforme Edital de Concessão nº 001/2020.

Na forma do que dispõe o Edital de Concessão n.º 01/2020 (“EDITAL”), o Consórcio CONECTA Aracaju, formado pelas consorciadas Proteres Participações S/A, High Trend Brasil Serviços e Participações Ltda., MG3 Infraestrutura e Participações Ltda e RT071 Empreendimentos e Participações Ltda, vencedora da aludida concorrência pública internacional, constituiu a Concessionária de Iluminação Pública Conecta Aracaju S/A, tendo atendido as exigências para assinatura do CONTRATO estabelecidas no EDITAL.

O contrato de concessão foi assinado em 30 de novembro de 2020 com prazo de vigência de 13 anos, contados a partir da data de eficácia, podendo ser prorrogado nos termos e condições da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

A Administração informa que a Companhia vem cumprindo os marcos do contrato de concessão dentro da sua capacidade operacional não tendo até a presente data nenhuma incerteza relevante relacionadas com eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da Companhia continuar em operação em um futuro previsível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Até o final do exercício, a Companhia já havia realizado a modernização de aproximadamente 54.826 pontos de iluminação pública, distribuídos em toda a cidade de Aracaju. Valor equivalente a 91% do Parque de Iluminação Pública previsto no Contrato de Concessão.

Efeito do coronavírus sobre as demonstrações contábeis

A Companhia continua monitorando a pandemia COVID-19 no cenário global e local, e no momento não há medidas restritivas vigentes e nem impacto nas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a pandemia não criou circunstâncias que poderiam indicar perda por impairment.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo e evidenciam todas as informações relevantes próprias nas demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia pois representa todas as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos resultados inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento se referem a: - Estimativa dos custos ligados aos streamings de receita de (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M), conforme previsto no contrato de concessão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 10 de Junho de 2023.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

i. Contrato de concessão

A ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 - Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

O valor do ativo de contrato é determinado com base em seu valor justo, conforme estabelecido pelo contrato de concessão. A prestação de serviços de manutenção e modernização é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como contrapartida de recebíveis. As receitas da Companhia, reconhecidas como receita operacional líquida, são:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- Receita de construção - Refere-se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e eficientização energética da rede de iluminação pública do município do Rio de Janeiro. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos são incorridos com a aplicação da margem prevista no plano de negócios da Companhia;
- Receita de operação e manutenção - Refere-se aos serviços de operação e manutenção, visando a ações corretivas nas instalações e elementos das unidades de iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro. A receita de operação e manutenção é apurada pela aplicação dos valores previstos no plano de negócios, sobre o valor da contraprestação mensal. Sua mensuração ocorre de acordo com os aspectos previstos no contrato de concessão e à medida que a Companhia obtém os seus benefícios econômicos.

ii. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de investimento e às necessidades de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, e espera-se que sejam utilizados pela Companhia no intervalo de três meses ou menos.

iii. Ativo de contrato

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em VJR, e os Títulos e valores mobiliários e as contas a receber de ativo financeiro da concessão são classificados ao custo amortizado. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial

iv. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado ou de realização.

O custo dos estoques compreende o custo de aquisição, gastos com importação e transporte.

v. Tributos correntes e diferidos

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, e o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: (i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240. (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% do lucro tributável. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados, quando aplicável, no ativo e/ou passivo, não circulante, calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente. Créditos tributários são reconhecidos somente na extensão em que seja provável a existência de base tributável para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Impostos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

vi. Operações com partes relacionadas

As transações financeiras realizadas com Companhias ligadas, referem-se a conta corrente entre elas para suprimento de caixa, os quais são pactuados sem encargos.

vii. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil é estimada como segue:

Custo Depreciação a.a.

- Benfeitoria em imóveis de terceiros: 10%;
- Móveis e utensílios: 10%;
- Computadores e periféricos: 20%
- Máquinas e equipamentos: 20%.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à realização das atividades da Companhia, reconhecidos no início de cada operação, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, também são submetidos às depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada e pelo método linear dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda como valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

viii. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for o caso. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e é amortizada ao longo da vida útil-econômica e avaliada em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A vida útil é estimada como segue:

Custo amortização a.a.

- Software: 20%.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixado ativo.

ix. Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

x. Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidas quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

xi. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

xii. Obrigações trabalhistas

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do período e nas demonstrações contábeis. De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

xiii. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Atualmente a Companhia não é parte em processos judiciais.

xiv. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

xv. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

xvi. Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações contábeis. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Norma ou interpretação	Descrição
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC 25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 A doção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CPC 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados da Empresa ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

- a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Empresa em períodos futuros.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração.

5.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia não está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 1.015.934 que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

5.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia e depósitos bancários:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	8.747.915	4.228.875
Aplicações financeiras (i)	<u>1.015.934</u>	<u>265.234</u>
	<u><u>9.763.848</u></u>	<u><u>4.494.110</u></u>

(i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas junto às instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média anual próxima de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A disponibilidade dos resgates pode ser, à vista e em até dois dias úteis. Não há garantias atreladas aos seus saldos. As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

7. Ativo de contrato

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo financeiro	6.658.734	8.522.518
Total Circulante	<u>6.658.734</u>	<u>8.522.518</u>
Ativo financeiro	33.083.017	1.828.175
Total Não Circulante	<u>33.083.017</u>	<u>1.828.175</u>

<u>Composição do ativo financeiro</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo anterior	10.350.693	3.557.613
Constituição/custo de construção	28.721.914	6.943.369
Remuneração do ativo de contrato	1.998.387	272.422
Recebimento do ativo	<u>(1.329.244)</u>	<u>(422.712)</u>
	<u><u>39.741.751</u></u>	<u><u>10.350.693</u></u>

O saldo refere-se ao ativo contratual correspondente ao direito de receber recursos através de contraprestações mensais e aportes públicos estabelecidos no contrato de concessão de modernização da rede de iluminação pública do município de Aracaju.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A Companhia adota a taxa de 4,65% a.a. como projeção do IPCA, para a remuneração do ativo em razão dos critérios de correção e ajustes da contraprestação e do aporte público previstos no contrato de concessão.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão.

Recebimento	
2022	(1.329.244)
2023	(6.658.733)
2024	(6.856.389)
2025	(6.852.045)
2026	(6.847.701)
Entre 2027 a 2031	(34.173.345)
Entre 2032 em diante	(14.213.180)

8. Estoques

	2022	2021
Luminárias - MTE, IP, LAMP, LUM	2.565.221	-
Postes e Braços	106.186	-
Materiais e Sobresalentes	1.143.161	-
	<u>3.814.568</u>	<u>-</u>

No decorrer do exercício de 2022, foram incrementadas as aquisições de materiais necessários tanto para efficientização, Capex, quanto para a manutenção, Opex da companhia com consequente aumento dos valores de materiais em estoque. Os saldos que compõe o estoque são controlados pela administração da companhia.

9. Impostos a recuperar

	2022	2021
ISS a Compensar	-	29.782
PIS a Compensar	483.233	-
COFINS a Compensar	2.221.663	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	26.661	8.297
CSLL a Compensar	5.035	-
INSS a Compensar	24.500	68.167
	<u>2.761.092</u>	<u>106.246</u>

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Os créditos a compensar de PIS e COFINS são relativos aquisição de insumos aplicados na prestação de serviços e na construção do ativo de contrato.

A Companhia não prevê risco de não realização dos créditos tributários no decorrer de suas operações.

10. Transações com partes relacionadas

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Empresa.

As operações com partes relacionadas estão sendo demonstradas abaixo e são derivadas de custos e serviços que foram reembolsados pela SPE e serão passíveis de faturamento em períodos subsequentes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
High Trend Brasil Serviços e Participações Ltda.	2.739.853	-	1.820.053	-
Proteres Participações S.A.	3.721.801	-	7.087.805	-
Light & Technology Serviços S.A.	650.000	-	650.000	-
Concessionária de Ilum. Pública Conecta Feira de Santana S.A.	195.524	-	-	495.486
Total	<u>7.307.178</u>	<u>-</u>	<u>9.557.858</u>	<u>495.486</u>
Circulante	195.524	-	-	495.486
Não circulante	7.111.654	-	9.557.858	-
	<u>7.307.178</u>	<u>-</u>	<u>9.557.858</u>	<u>495.486</u>

Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2022, não foi registrado a título de remuneração a diretores e administradores nenhum montante, nem pagos na forma de salários, não existindo bônus ou quaisquer outras formas de remuneração pela Concessionária de Iluminação Pública Conecta Aracajú S.A., sendo realizados por outras empresas do grupo.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

11. Imobilizado

Descrição	% Taxa de depreciação	2022	2021
Moveis e utensílios	10	8.516	9.536
Computadores e Periféricos	20	14.213	18.112
Máquinas e equipamentos	10	1.588	1.778
Aparelhos de Comunicações	10	3.435	3.835
		<u>27.753</u>	<u>33.261</u>

Movimentação Analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	Custo				31/12/2022
	31/12/2021	Adição	Baixa	Transferência	
Moveis e utensílios	10.200	-	-	-	10.200
Computadores e Periféricos	19.494	-	-	-	19.494
Máquinas e equipamentos	1.900	-	-	-	1.900
Aparelhos de Comunicações	3.995	-	-	-	3.995
Total bens em operação	<u>35.589</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.589</u>
Descrição	Depreciação				31/12/2022
	31/12/2021	Adição	Baixa	Transferência	
Moveis e utensílios	(664)	(1.020)	-	-	(1.684)
Computadores e Periféricos	(1.383)	(3.899)	-	-	(5.282)
Máquinas e equipamentos	(122)	(190)	-	-	(312)
Aparelhos de Comunicações	(160)	(399)	-	-	(559)
Total depreciação	<u>(2.328)</u>	<u>(5.508)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.836)</u>
Imobilizado líquido					<u>27.753</u>

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Descrição	Custo				31/12/2021
	31/12/2020	Adição	Baixa	Transferência	
Moveis e utensílios	-	10.200	-	-	10.200
Computadores e Periféricos	-	19.494	-	-	19.494
Máquinas e equipamentos	-	1.900	-	-	1.900
Aparelhos de Comunicações	-	3.995	-	-	3.995
Total bens em operação	-	35.589	-	-	35.589

Descrição	Depreciação				31/12/2021
	31/12/2020	Adição	Baixa	Transferência	
Moveis e utensílios	-	(664)	-	-	(664)
Computadores e Periféricos	-	(1.383)	-	-	(1.383)
Máquinas e equipamentos	-	(122)	-	-	(122)
Aparelhos de Comunicações	-	(160)	-	-	(160)
Total depreciação	-	(2.329)	-	-	(2.329)

Imobilizado líquido					33.260
---------------------	--	--	--	--	--------

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A companhia, utilizando a mesma premissa e base de 31 de dezembro de 2021, não identificou indícios e qualquer risco de *impairment*. Para essas demonstrações contábeis, não ocorreram mudanças significativas.

12. Fornecedores

	2022	2021
Tropico Equip Elétricos Iluminação	1.247.000	678.793
Reeme Repuxação e Metalúrgica	1.344.588	-
Repume Repuxação e Metalúrgica	804.862	-
ST Engineering	727.500	-
Tecnowatt Iluminação	1.329.630	-
Outros	1.110.383	701.327
	6.563.962	1.380.121

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	31/12/2022
Banco Santander	Conta garantida	1,89% a.m.	09/02/2023	2.059.815
Total				2.059.815

Garantias

Não existe covenants para esta operação, uma vez que, trata-se de uma operação de capital de giro, passível de renovação com prazo de 90 dias e garantida por uma aplicação de CDB equivalente a no mínimo 50% do crédito disponibilizado.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Instituição	Modalidade	Taxa de Juros	Vencimento	31/12/2021	Captação	Atualização	31/12/2022
Banco Santander	Capital de Giro	1,89% a.m.	09/02/2023	-	2.000.000	59.815	2.059.815
				-	2.000.000	59.815	2.059.815

14. Salários e encargos sociais

	2022	2021
Salário a Pagar	34.074	39.171
INSS a Recolher	76.788	89.758
FGTS a Recolher	4.746	4.567
IRRF a Recolher	1.858	2.778
Pensão a Pagar	-	370
Provisões Trabalhistas	86.279	33.452
	203.746	170.096

15. Debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	37.605.172	-
	37.605.172	-
Circulante	4.385.735	-
Não Circulante	33.219.437	-
	37.605.172	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A Companhia a fim de obter recursos bem como para pagamento de todos e quaisquer custos relacionados com o desenvolvimento, implementação e financiamento do Projeto, incluindo quaisquer custos incorridos em relação a 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com vencimento em 15 de dezembro de 2031, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, a instituição prestadora de serviços de liquidação e escrituração das Debêntures é Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios de 7,75% (sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo certo que o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 15 de dezembro de 2022 e os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrerão sucessivamente até o último pagamento realizado na Data de Vencimento. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 18 (dezoito) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2023 e a última na data de vencimento.

Garantias

Alienação fiduciária e usufruto condicional de ações; Cessão fiduciária de contas bancárias com relação a todos os direitos creditórios de cada uma das respectivas contas bancárias estabelecidas no âmbito do Contrato de Contas Locais; Cessão fiduciária de todos os créditos e recebíveis do Projeto celebrados pela Emissora e com relação ao Projeto e aos Documentos do Projeto nos quais a Emissora seja parte; Cessão fiduciária de seguros e Cessão fiduciária de direitos creditórios.

Índices financeiros

O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros a uma taxa anual fixa de 7,75% (sete inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) e serão computados com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Vencimento	Saldo em			Amortização	31/12/2022
		31/12/2021	Adição	Juros		
Debentures : 1º Emissao	15/12/2031	-	40.000.000	-	-	40.000.000
Juros apropriados	-	-	-	944.658	-	944.658
Pgamento de Juros sobre Debentures	-	-	-	-	(944.658)	(944.658)
Custo de Captação	-	-	(2.732.929)	(192.430)	117.079	(2.808.280)
Atualização Ágio/Deságio	-	-	-	413.452	-	413.452
Circulante	-	-	37.267.071	1.165.680	(827.579)	37.605.172
						4.385.735
						33.219.437
						<u>37.605.172</u>

Covenants

A Companhia atendeu todos os covenants aplicáveis do contrato de emissão das debentures. O covenant financeiro contempla a manutenção de um ICSD (Índice de Cobertura de Saldo de Dívida) não inferior a 1,20 que passa a ser medido a partir do fim do exercício de dezembro de 2024. A primeira amortização irá ocorrer em 15 de junho de 2023.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

Vencimento	Principal	Juros
2022	-	1.450.133
2023	2.730.123	4.987.366
2024	2.859.516	4.885.116
2025	3.325.415	4.672.451
2026	3.845.485	4.219.790
Entre 2027 e 2031	27.239.461	13.004.581
Total	<u>40.000.000</u>	<u>33.219.437</u>

16. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processo oriundo do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais.

O valor provisionado é considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas até a data do balanço.

	Em 31 de dezembro de 2022		
	Provável	Possível	Remoto
Trabalhistas	274.952	953.820	-
	<u>274.952</u>	<u>953.820</u>	<u>-</u>

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Os valores relativos ao risco de perda considerado pelos seus assessores jurídicos externos como provável estão apresentados conforme quadro a seguir e estão de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, em especial os itens 14, 23, 30 e 84:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
(+) Adições	274.952	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>274.952</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2022, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$ 953.820 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2021). Em virtude da sua classificação de "risco possível", não foram feitas provisões para essas ações.

Esses processos trabalhistas relacionam-se a ações movidas pleiteando responsabilidade subsidiária da 2º reclamada, em sua maioria, pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras.

Os assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 25.283.915, composto por R\$ 25.274.585 totalmente integralizado e R\$ 9330 a integralizar, representado por 25.273.914 ações normativas sem valor nominal calculadas com base no inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

18. Receita operacional, líquida

	2022	2021
Receita de Direito de Exploração Serviço Público (a)	216.144	29.782
Receita de Operação e Manutenção (b)	2.777.499	143.150
Receita Bruta de Construção (c)	28.721.914	10.500.982
Remuneração dos Ativos da Concessão (d)	1.998.387	272.422
Venda de Mercadoria	52.398	-
Receita Operacional	<u>33.766.343</u>	<u>10.946.337</u>
ISS	(245.927)	-
Impostos sobre a receita (PIS)	(71.328)	(9.828)
Impostos sobre a receita (COFINS)	(328.539)	(45.269)
ICMS	(6.288)	-
Deduções da receita	(652.081)	(55.097)
Receita Operacional Líquida	<u><u>33.114.262</u></u>	<u><u>10.891.240</u></u>

- a) Refere-se a contrapartida pecuniária a ser recebida pela prestação dos serviços de iluminação pública prestados no estado de Sergipe;
- b) Refere se aos serviços de operação e manutenção das instalações e iluminação pública, visando ações corretivas nas instalações das unidades de instalações pública do Sergipe, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da prestação de serviços;
- c) Refere se aos serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e efficientização energética da rede de iluminação pública de Sergipe. O reconhecimento e contabilização das receitas de construção ocorre à medida que os custos efetivos são incorridos;
- d) Refere se aos juros reconhecidos pelo método linear + IPCA aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura. As taxas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.

19. Custos da operação

	2022	2021
Custo de O&M	(3.318.676)	(328.965)
Custo de construção (a)	(31.761.298)	(10.388.126)
Custos Indiretos	(114.588)	(125.196)
Pis e Cofins s/Materias Primas (b)	3.153.971	-
	<u><u>(32.040.590)</u></u>	<u><u>(10.842.288)</u></u>

- (a) Refere-se aos custos necessários referente materiais e mão de obra aplicados na prestação de serviços de modernização, ampliação, desenvolvimento e efficientização energética da rede de iluminação pública de Aracaju/SE;
- (b) Refere-se a Pis e COFINS a Recuperar sobre as compras de materiais para modernização, ampliação, desenvolvimento e efficientização energética da rede de iluminação pública de Aracaju/SE.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ocupação	(295.412)	(141.280)
Utilidades e Serviços	(377.481)	(161.940)
Telecomunicações	(7.585)	(3.314)
Serviços Tomados PJ	(943.309)	(554.006)
Serviços Tomados PF	-	(3.550)
Viagens e Estadias	(15.407)	(58.149)
Materiais	(413.516)	(797.498)
Outras Despesas	(248.159)	(139.610)
Tributos	(66.846)	(13.353)
Despesas não dedutíveis	(10.701)	-
	<u>(2.378.416)</u>	<u>(1.872.702)</u>

Os saldos das despesas de ocupação, utilidades e serviços, telecomunicações referem-se a contas de consumo e a apropriação dos prêmios de seguros contratados no âmbito da cobertura de riscos civis e de engenharia.

Os serviços de terceiros referem-se a despesas com serviços tomados de natureza contábil, jurídica, consultorias e segurança patrimonial.

21. Despesas com pessoal

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários	(456.358)	(227.054)
Férias	(60.836)	(27.011)
13º Salários	(44.337)	(20.391)
Horas Extras	(73.880)	(18.642)
Indenizações	(6.604)	(1.341)
Vale Refeição	(84.968)	(38.860)
Vale Transporte	(2.756)	(868)
Assistência Médica	-	(1.190)
INSS	(179.019)	(83.547)
FGTS	(55.196)	(23.395)
PCMSO - Saúde Ocupacional	(11.061)	-
Adicional Noturno	(2.700)	-
Periculosidade	(4.313)	(1.676)
Provisão Contingências Trabalhistas	(274.952)	-
	<u>(1.256.981)</u>	<u>(443.976)</u>

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

22. Resultado financeiro, líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	51.355	5.150
Descontos Obtidos	205.236	-
Juros Ativos	61.810	-
Deságio s/Debentures	523.981	-
Variação Monetária Ativa	2.365	-
	<u>844.746</u>	<u>5.150</u>
Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	(94.202)	(59.108)
Juros Passivos	(123.499)	(20.502)
IOF/IOC	(120.087)	(3.786)
Juros s/ Debentures	(944.658)	-
Juros s/ Conta Garantida	(621.788)	-
Multa e Juros Atraso de Pagamento	(48.181)	-
Assessoria Financeira	(276.702)	-
Custo de Captação	(305.713)	-
Ágio s/Debentures	(937.433)	-
	<u>(3.472.261)</u>	<u>(83.397)</u>
Resultado Financeiro	<u>(2.627.515)</u>	<u>(78.246)</u>

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

A seguir, a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social apurados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	IRPJ	
	2022	2021
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(5.254.762)	(2.345.971)
Adições	4.798.100	-
Total das Adições	4.798.100	-
Exclusões	-	-
Total das Exclusões	-	-
Base de Cálculo IRPJ	<u>(456.662)</u>	<u>(2.345.971)</u>
IRPJ (15%)	-	-
Adicional IRPJ (10%)	-	-
IRPJ a Pagar	<u>-</u>	<u>-</u>
	CSLL	
	2022	2021
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(5.254.762)	(2.345.971)
Adições	4.798.100	-
Total das Adições	4.798.100	-
Exclusões	-	-
Total das Exclusões	-	-
Base de Cálculo CSLL	<u>(456.662)</u>	<u>(2.345.971)</u>
CSLL (9%)	-	-
CSLL a Pagar	<u>-</u>	<u>-</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se a apropriações sobre o lucro diferido apurado no período, conforme previsto na IN nº 1700/2017. A realização do mesmo ocorrerá em períodos futuros.

CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJÚ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Resultado		
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda - IRPJ (25%)	-	-
Contribuição Social - CSLL (9%)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Diferido		
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão IRPJ sobre lucros diferidos	1.103.307	-
Provisão CSLL sobre lucros diferidos	405.831	-
	<u>1.509.138</u>	<u>-</u>

LALUR - DIFERIDO	31/12/2022
Lair	(5.254.762)
Adições	4.888.758
Realização Lucro Diferido	13.324
Realização Receita Financeira	202
Parcela do Lucro Diferido não Realizado no Período	4.875.232
Exclusões	-
Lucro Real	<u>(366.004)</u>
Parte B - Lucro Diferido	<u>(4.509.228)</u>

24. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Modalidade do Seguro	Principais Coberturas	Vigência	Líquido máximo de indenização
Riscos Operacionais	Máq. Móveis e Utensílios		12.250.000

25. Outros assuntos

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Companhia conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria da Empresa avaliou com os seus assessores jurídicos internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 1982, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Empresa não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

26. Eventos subsequentes

Amortização das debêntures

O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 18 parcelas semestrais consecutivas simultaneamente ao pagamento dos juros remuneratórios. O início se deu em 15 de junho de 2023, onde a companhia realizou na data o primeiro pagamento.